



Centro Social Cultural e Recreativo

Arvoreense

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
7. Inventários	18
8. Rédito.....	19
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	19
10. Imposto sobre o Rendimento	19
11. Benefícios dos empregados	20
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
13. Outras Informações	20
13.1. Investimentos Financeiros.....	20
13.2. Créditos a receber.....	21
13.3. Diferimentos	21
13.4. Caixa e Depósitos Bancários	21
13.5. Fundos Patrimoniais	21
13.6. Fornecedores	22
13.7. Estado e Outros Entes Públicos	22
13.8. Outros passivos correntes	22
13.9. Subsídios, doações e legados à exploração	22
13.10. Fornecimentos e serviços externos	22
13.11. Outros rendimentos.....	23
13.12. Outros gastos.....	23

13.13. Resultados Financeiros	23
13.14. Acontecimentos após data de Balanço	24



Balanço

RUBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	18 667	151
Bens do património histórico e cultural	5	316	316
Investimentos financeiros	13,1	397	165
		19 381	632
Ativo corrente			
Inventários	7	854	786
Créditos a receber	13,3 e 13,6	12 834	19 009
Estado e outros entes públicos	13,10	-	-
Diferimentos	13,5	1 430	1 674
Outros ativos correntes	13,6	18 483	609
Caixa e depósitos bancários	13,7	14 167	3 284
		47 769	25 361
Total do ativo		67 149	25 994
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13,8	10 532	10 532
Resultados transitados		-36 451	-48 894
Resultado líquido do período		249	12 442
Total dos fundos patrimoniais		-25 670	-25 920
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	13,9	1 631	2 370
Estado e outros entes públicos	13,10	6 739	6 793
Financiamentos obtidos	13,7	-	-
Outros passivos correntes	13,1	84 450	42 750
		92 820	51 913
Total do passivo		92 820	51 913
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		67 149	25 994

Mesa Administrativa

Arvore

Severino

Contabilista Certificado

Arvore
 C.C. 80491

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	195 748	191 061
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 13,13	324 606	306 782
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-43 327	-45 014
Fornecimentos e serviços externos	13,14	-89 024	-86 097
Gastos com o pessoal	11	-388 659	-372 939
Outros rendimentos	13,15	6 649	20 966
Outros gastos	13,16	-374	-1 665
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 618	13 094
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,00	-4 947	-618
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		671	12 476
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-422	-34
Resultado antes de impostos		249	12 442
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		249	12 442

Mesa Administrativa



Adelino Severino

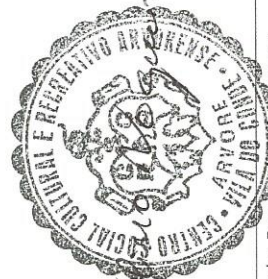
Contabilista Certificado

Alma
C.C. 80491

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Descrição Período de 2016	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE							Resultado líquido do período	Total
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	12 442	-	-	-	-	-	-	-	12 442
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos	10 532	-	-	-	-	-	-	-	10 532
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	(48 894)	-	-	-	-	(48 894)
	10 532	-	-	(48 894)	-	-	-	-	(38 362)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	22 974	-	-	(48 894)	-	-	-	-	(25 920)

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
C.C.80491

Descrição Período de 2017	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE							Resultado líquido do período	Total
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	22.974	-	-	(48.894)	-	-	-	(25.920)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	249	249	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	22.974	-	-	(48.894)	-	-	249	(25.671)	

Contabilista Certificado



Mesa Administrativa

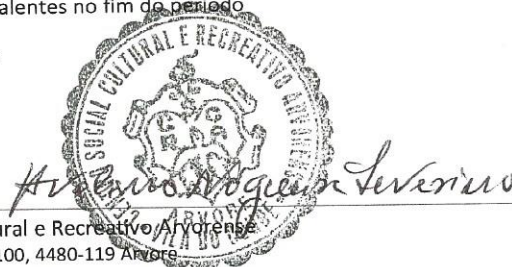
Handwritten signature
CC-80491

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos dos utentes	409 340	228 619
Pagamentos de subsídios	-	-
Pagamento de apoios	-	-
Pagamentos de bolsas	-	-
Pagamentos a fornecedores	(167 415)	(141 312)
Pagamentos ao pessoal	(248 148)	(250 840)
Caixa gerada pelas operações	(6 223)	(163 532)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(2 059)	(1 763)
Outros recebimentos/pagamentos	19 165	154 413
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	10 883	(10 882)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros Ativos	-	12
	-	12
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros Ativos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	-
	-	-
	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-	12
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realização de fundos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Redução de fundos	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	-	-
	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	10 883	(10 870)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 284	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14 167	3 284

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



[Handwritten signature]
C. C. 8048

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social, Cultural e Recreativo Arvoreense é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), com sede na Rua do Loureiro, nº 100, 4480-119 Arvore, conselho de Vila do Conde. Tem como atividade de cuidados para crianças, sem alojamento, e ainda outras atividades de apoio social, sem alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo e encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	5 a 20
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	3 a 7
Equipamento biológico	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	1 a 4

Os gastos com depreciações são reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas, na rubrica de Gastos com Depreciações e Amortizações.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Instituição é possuidora de “Bens do património histórico e cultural”, nomeadamente a biblioteca.

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes desta rubrica, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros activos correntes

Os “Créditos a receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), condicionada à observância continuada dos requisitos mencionados no n.º 3 do referido artigo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade possui “Bens do património histórico, artístico e cultural”, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor

Bens do património histórico, artístico e cultural

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo					
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44

Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo					
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016				Total
	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2016	23 056	142 043	154 345	26 421	345 865
Adições	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	23 056	142 043	154 345	26 421	345 865
Depreciações acumuladas					
Saldo em 01.01.2016	22 366	142 043	153 951	26 421	344 781
Adições	498	-	119	-	618
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	22 864	142 043	154 070	26 421	345 399
Quantia escriturada	192	0	275	(0)	467

2017					
Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2017	23 056	142 043	154 345	26 421	345 865
Adições	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	23 056	142 043	154 345	26 421	345 865
Depreciações acumuladas					
Saldo em 01.01.2017	22 864	142 043	154 070	26 421	345 399
Adições	153	4 582	119	92	4 947
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	23 018	146 625	154 190	26 513	350 345
Quantia escriturada	38	(4 581)	155	(92)	(4 480)

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	854,43	786,25
	854,43	786,25
Total	854,43	786,25

Descrição	2017		2016	
	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	786,25	786,25	791,92	791,92
Compras	43 395,59	43 395,59	45 008,27	45 008,27
Inventário final	854,43	854,43	786,25	786,25
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	43 327,41	43 327,41	45 013,94	45 013,94

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se referem a Géneros Alimentares.

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	31/12/2017	31/12/2015
Prestação de Serviços		
Quotas dos Utilizadores	165 747,66	168 495,18
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	33 130,28	22 565,63
Rédito	198 877,94	191 060,81

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
ISS,IP	276 258,17	263 128,25
Autarquias	40 416,15	42 502,50
Outros Subsídios	7 931,63	1 150,91
Totais	324 605,95	306 781,66

10. Imposto sobre o Rendimento

As atividades desenvolvidas durante os anos de 2015 e 2016, não foram passíveis de tributação sobre o rendimento.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2017, foram 5.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

Presidente; Vencimento – 6.741,12 e Ajudas de Custo 207.57.

Os restantes órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de “32” e em 31/12/2017 foi de “31”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações dos órgãos sociais	7 433,02	1 344,26
Remuneração do pessoal	308 725,61	303 713,97
Encargos sobre remunerações	66 791,45	62 995,58
Seguros	5 136,00	2 635,68
Outros gastos com pessoal	572,88	2 249,20
Total	388 658,96	372 938,69

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição dos investimentos financeiros	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de compensação de trabalho (ao justo valor)	397,37	164,65
Total	397,37	164,65

13.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Créditos a receber	31/12/2017			31/12/2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Utentes		12 827,43			18 450,03	
Total ativo	-	12 827,43	12 827,43	-	18 450,03	18 450,03

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	524	516
Rendas Antecipadas	906	1 158
Total	1 430	1 674

13.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	304	251
Depósitos à ordem	13 863	3 033
Depósitos a prazo	-	-
Total de caixa e depósitos bancários	14 167	3 284

13.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Outras variações nos fundos patrimoniais	31.12.2017	31.12.2016
Fundos	10 531,77	10 531,77
Resultados Transitados	-34 451,38	-45 893,51
Total dos aumentos do período	-23 919,61	-45 893,51

13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores c/c	1 555,19	2 305,09
Fornecedores - títulos a pagar		
Faturas em receção e conferência		
Totais	1 555,19	2 305,09

13.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2017			31/12/2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas						
Outros						
Total ativo	-	-	-	-	-	-
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		3 269,55			2 994,50	
Contribuições para a segurança social		3 454,81			3 779,13	
Comparticipações para o FCT e FGCT		13,43			19,81	
Outros						
Total do passivo	-	6 737,79	-	-	6 793,44	-

13.8. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Pessoal		0,00	0,00		212,93	212,93
credores por acrescimo de gastos		41 978,32	41 978,32		41 978,42	41 978,42
Outros credores		15 555,06	15 555,06			
Total ativo	-	57 533,38	57 533,38	-	42 191,35	42 191,35

13.9. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Subcontratos	0,00	0,00
Trabalhos especializados	36 779,75	38 711,52
Material de escritório	5 035,32	5 704,87
Energia	22 807,76	19 524,31
Deslocações e estadas	3 375,75	4 713,66
Outros	21 026,20	17 442,30
Total	89 024,78	86 096,66

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,37	0,03
Ganhos em inventários	175,00	48,55
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	-	9 500,00
Outros	6 473,95	11 417,21
Total	6 649,32	20 965,79

13.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Impostos	74,16	108,96
Outros	300,00	1 556,28
Total	374,16	1 665,24

13.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2017	31/12/2016
Juros suportados	421,93	34,06
Outros gastos de financiamento	-	-
Outros	-	-
Total	421,93	34,06
Resultados financeiros	-422	-34

13.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela assembleia Geral em 31 de Março de 2018.

Arvore, 23 de Março de 2017

A Contabilista Certificada.

Ana Paula Lequerada de A
c.c. 88491

O Conselho de Administrativo/Administração

Arvidio Rogério Severino





Ata nº 706

Aos treze dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a direção desta Instituição na sala da Sede Social sob a Presidência do Sr. Avelino Nogueira Severino, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único.

Análise ao relatório de Atividades e contas de gerência do ano findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito. -----

Assim, foi pelo Presidente da direção aberta a sessão, dando-se início aos trabalhos em análise. -----

Na posse de toda a documentação, fornecida pelos serviços administrativos e contabilísticos da Instituição, anteriormente elaborados, foram estes documentos minuciosamente analisados por todos os presentes, verificando-se que o ano de dois mil e dezassete, é o segundo ano consecutivo, que lutamos com muitas dificuldades financeiras ao longo dos anos, para se conseguir satisfazer todas as despesas inerentes aos diversos clientes que fornecem os géneros alimentares e outros produtos, que necessitamos para o bom funcionamento que esta Instituição, presta aos seus utentes.-----

Desde que a Segurança Social, nos reduziu no Protocolo de Cooperação, o número de crianças no Jardim de Infância, que passou de 66 para 56, uma diferença brutal, se contarmos com a redução de verbas, do Ministério da Educação, da Segurança Social e ainda a comparticipação das famílias, que não tendo crianças, também não há mensalidades e isso tudo nos tem criado muitas dificuldades financeiras. Mesmo assim, conseguimos manter todos os serviços em funcionamento e chegarmos ao final do ano sem lucros mas também sem dívidas, o que para nós é muito importante.-----

Claro que aqui ninguém trabalha com objetivos de criar grandes lucros, mas apenas conseguir sobreviver, pois uma empresa que sempre dá prejuízos um dia acaba por sucumbir.-----

Do Orçamento elaborado em novembro de dois mil e dezasseis, estavam orçamentados 497.300.00 € as despesas previam-se de 500.720.00 € e os resultados foram os seguintes:-----

Receitas € 527.002,93, despesas, € 526.753.65, verifica-se assim um saldo positivo de 249.28 €.

Com base nestes resultados, foi solicitado ao Sr.(a) Presidente da Mesa da Assembleia geral, a marcação de uma Assembleia Geral de Associados, para o dia 23 de março, na qual estes resultados possam ser analisados pelos nossos associados e votados com o objetivo de que venham a merecer a sua aprovação.-----

Por nada mais haver para tratar, deu-se por encerrada esta reunião, cerca da vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos presentes.-----

O Presidente Arélio Viegas de Azevedo

A Vice-presidente Paula José Nunes do Sena

A Secretária Cristina Maria Oliveira Silva Marques

O Tesoureiro Paulo José de Azevedo

Vogais Fernando da Costa Vieira

Corimbo

● Conselho Fiscal, do Centro Social Cultural e Recreativo Arvoreense, vem apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Assim, atendendo ao Relatório e Contas e documentação de suporte apresentados pela direção, procedemos:

- 1- Á verificação da observância da lei e do cumprimento dos Estatutos do Centro Social Cultural e Recreativo Arvoreense.
- 2- Á verificação financeira da Instituição.
- 3- Á verificação periódica, com profundidade e exatidão consideradas adequadas aos documentos e registos contabilísticos.
- 4- Á apreciação do Relatório que sintetiza as atividades desenvolvidas no ano de 2017.
- 5- Á apresentação das contas, através da verificação do Balanço, da demonstração de Resultados, da Demonstração dos fluxos de caixa e do Anexo às Demonstrações financeiras, no valor de receitas de € 527.002.93 e á despesa de € 526.753.65, demonstrando um resultado liquido de € 249.28.

Parecer

A ação fiscalizadora desenvolvida permite concluir que o Relatório e Contas do Exercício de 2017, proposto pela direção satisfaz as disposições legais e estatutárias e reflete a atividade desenvolvida e a situação financeira desta Instituição, pelo que somos de parecer que:

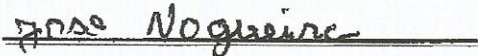
Seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2017.

Árvore 13 de março de 2018

O Conselho Fiscal


(Miguel de Azevedo Ramalho Presidente)


Vitor Manuel Jesus Marques 1º secretário


José Andrade Nogueira 2º secretário

Ata Nº 108

---- Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniram-se, em assembleia geral ordinária, em segunda convocatória, uma vez que à hora inicialmente marcada não se encontravam presentes o número necessário de associados, na sua sede social, o Centro Social Cultural e Recreativo Arvoreense. Na reunião participaram vinte e sete associados, conforme registo de presenças, que fica a fazer parte integrante desta ata, sob a presidência do Sr. Jorge Humberto Azevedo da Costa. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um: Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de Dois mil e Dezassete; -----

Ponto Dois: Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de Dois mil e Dezassete; -----

Ponto Três: Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de Dois mil e Dezassete; -----

Ponto Quatro: Outros assuntos de interesse para a instituição. -----

---- Constituída a mesa, de acordo com os Estatutos da Instituição, foi dado início à reunião da assembleia geral, tendo o presidente da mesa passado de imediato a palavra ao Dr. Ana Paula Mota, em representação da empresa responsável pela contabilidade da Instituição, que com recurso a um powerpoint e a mapas distribuídos previamente pelos associados, que comparam o executado com o orçamentado e com os resultados do exercício de dois mil e dezasseis, explicou as contas da Instituição referente ao exercício de dois mil e dezassete, que em síntese apresentam os seguintes dados: -----

---- Foi obtido um total de receitas de 527.002,93€ (quinhentos e vinte e sete mil e dois euros e noventa e três cêntimos) contra um orçamentado de 497.300,00€ (quatrocentos e noventa e sete mil e trezentos euros). -----

---- Entrando nas despesas, estas apresentaram um total de 526.753,65€ (quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos), sendo que tinha sido orçamentado 500.720,00€ (quinhentos mil e setecentos e vinte euros). -----

---- Para finalizar informou os associados dos resultados líquidos do exercício que representou um saldo positivo de 249,28€ (duzentos e quarenta e nove euros e vinte e oito cêntimos), contra um orçamentado de 3.420,00€ (três mil e quatrocentos e vinte euros, negativos). Posto a votação o relatório de contas, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

---- Finda a apresentação da Dr. Ana Paula Mota, o presidente de mesa tomou a palavra para ceder ao presidente do conselho fiscal, que procedeu à leitura da ata número oitenta e sete do conselho fiscal, a qual foi votada, também, por unanimidade. -----

---- De seguida o Presidente da Assembleia passou ao ponto quatro e questionou os associados quanto à existência de alguma dúvida, como ninguém se pronunciou, o mesmo deu por encerrada a assembleia quando eram vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente ata vai ser assinada pelos membros da mesa presentes. -----

Presidente: *Jorge Humberto Azevedo da Costa*

1º Secretária: *Ana Catarina de Silva Marques*

2º Secretária: *Manuel Carlos de Cruz Lopes*



Instituição: Centro Social, Cultural e Recreativo Arvensense

Fecho do exercício de 2017

Código das Contas	DESIGNAÇÃO	(1)		(2)			(3)			(4)		(5)	
		Orçamentado 2017	Resultado 2016	Creche	Ji	CATL	Cultura Desporto	O. Atividades Protocolo escolar	Total	orçamento	Diferença	2016	
71	Vendas	205.050,00 €	191.072,91 €	60.043,55 €	86.198,20 €	44.804,73 €	44,00 €	4.413,50 €	195.747,66 €	-9.496,02 €	4.431,07 €		
72	Prestações	175.000,00 €	165.534,05 €	55.490,80 €	76.828,60 €	30.029,30 €	0,00 €	25,00 €	162.373,70 €	-12.626,30 €	-3.160,35 €		
721	Matrículas e mensalidades	50,00 €	0,00 €						243,68 €				
722	Quotizações e jotas	30.000,00 €	25.538,86 €	4.552,75 €	9.369,60 €	14.775,43 €	44,00 €	4.388,50 €	33.130,28 €	3.130,28 €	7.591,42 €		
724	Outras	285.000,00 €	306.781,66 €	127.971,88 €	134.476,29 €	32.948,61 €	6.650,00 €	22.559,27 €	324.605,95 €	89.605,95 €	17.824,29 €		
75	Comp. e subsídios à exploração	235.000,00 €	263.053,25 €	125.988,95 €	130.907,04 €	19.362,18 €	0,00 €	0,00 €	276.258,17 €	41.258,17 €	13.204,92 €		
7511/8	CDSSS		43.728,41 €	1.982,93 €	3.569,25 €	13.586,33 €	6.650,00 €	22.559,27 €	48.347,78 €	48.347,78 €	4.619,37 €		
7512/8	Outros (CMVV, JFA, IEF, ...)	50.000,00 €											
752/9	De outros sectores	7.000,00 €	20.965,79 €	781,79 €	1.302,98 €	521,18 €	3.888,00 €	175,37 €	6.649,32 €				
78	Outros Rendimentos e Ganhos												
79	Subtotal (1)	497.050,00 €	518.820,36 €	188.797,22 €	221.977,47 €	78.274,42 €	10.662,00 €	27.148,14 €	527.002,93 €	80.109,93 €	22.256,36 €		
	Juros, div. e out. rend. similares	250,00 €							-250,00 €	0,00 €	0,00 €		
	Subtotal (2)	497.300,00 €	518.820,36 €	188.797,22 €	221.977,47 €	78.274,42 €	10.662,00 €	27.148,14 €	527.002,93 €	79.859,93 €	22.256,36 €		
61	Custo Merc. vend. e mat. cons.	45.000,00 €	45.013,94 €	13.018,55 €	13.018,55 €	4.271,59 €	0,00 €	13.018,52 €	43.327,41 €	-1.672,59 €	-1.686,53 €		
616	Géneros alimentares	45.000,00 €	45.013,94 €	13.018,55 €	13.018,55 €	4.271,59 €		13.018,52 €	43.327,41 €	-1.672,59 €	-1.686,53 €		
62	Fornec. e serviços externos	86.100,00 €	86.096,66 €	20.663,26 €	41.362,19 €	21.876,51 €	2.326,60 €	2.876,53 €	89.024,49 €	3.924,49 €	2.927,83 €		
622	Trabalhos Especializados	32.500,00 €	38.711,52 €	9.178,11 €	17.198,91 €	8.958,36 €	1.309,49 €	134,88 €	36.779,75 €	4.279,75 €	-1.931,77 €		
623	Materiais	5.000,00 €	5.704,87 €	1.063,49 €	2.483,27 €	1.487,31 €	1,25 €	1,25 €	5.035,32 €	35,32 €	-669,55 €		
624	Elet., comb., água e outros fluidos	25.000,00 €	19.524,31 €	5.387,75 €	9.697,84 €	4.979,27 €	609,23 €	2.133,67 €	22.807,76 €	-2.192,24 €	3.283,45 €		
625	Deslocações, estadas e transporte	2.600,00 €	4.393,66 €	796,21 €	1.280,68 €	675,09 €	190,62 €	432,86 €	3.375,46 €	775,46 €	-1.018,20 €		
626	Outros fornec. serviços externos	20.000,00 €	17.762,30 €	4.157,70 €	10.701,49 €	5.775,88 €	216,01 €	175,12 €	21.026,20 €	1.026,20 €	3.263,90 €		
63	Gastos com o pessoal	363.000,00 €	372.938,69 €	155.043,96 €	167.870,06 €	63.309,39 €	0,00 €	12.436,55 €	388.668,96 €	25.668,96 €	15.720,27 €		
632	Remunerações certas	295.000,00 €	303.713,97 €	128.093,30 €	135.214,38 €	43.056,62 €		9.794,33 €	316.158,63 €	21.158,63 €	12.444,66 €		
635	Encargos sobre remunerações	63.500,00 €	62.995,58 €	25.505,15 €	30.068,40 €	9.111,01 €		2.106,89 €	66.791,45 €	3.291,45 €	3.795,87 €		
636	Seguros de acidentes de Trabalho	3.000,00 €	2.635,68 €	1.284,02 €	2.311,20 €	1.027,18 €		513,60 €	5.136,00 €	2.136,00 €	2.500,32 €		
6327/8	Outros gastos com o pessoal	1.500,00 €	3.593,46 €	161,49 €	276,08 €	114,58 €		20,79 €	572,88 €	-927,12 €	-3.020,58 €		
64	Gastos de Dep. e Amortizações	6.650,00 €	617,84 €	1.000,00 €	1.000,00 €	946,89 €	1.000,00 €	1.000,00 €	4.946,89 €	-1.703,31 €	4.329,05 €		
65	Perdas por Imparidades	300,00 €	1.665,24 €	63,05 €	155,48 €	93,64 €	62,00 €	0,00 €	374,17 €	74,17 €	-1.291,07 €		
68	Outros Gastos e Perdas	300,00 €	1.665,24 €	63,05 €	155,48 €	93,64 €	62,00 €	0,00 €	374,17 €	74,17 €	-1.291,07 €		
69	Subtotal (3)	500.050,00 €	506.332,17 €	189.708,92 €	223.406,38 €	80.497,22 €	3.388,60 €	29.330,60 €	526.331,72 €	26.281,72 €	19.999,55 €		
	Gastos e Perdas Financeiros	670,00 €	34,06 €	112,23 €	195,00 €	62,77 €	51,93 €		421,93 €				
	Subtotal (4)	500.720,00 €	506.366,23 €	189.821,15 €	223.601,38 €	80.559,99 €	3.440,53 €	29.330,60 €	526.753,65 €				
81	Result. Op. Ant. de G. Financeiros	-3.000,00 €	12.488,19 €	-911,70 €	-1.429,51 €	-2.222,80 €	7.173,40 €	-2.182,46 €	671,21 €				
81	Resultados financeiros	-420,00 €	-34,06 €	-112,23 €	-195,00 €	-62,77 €	-51,93 €	0,00 €	-421,93 €				
81	Resultados Líquidos do Exercício	-3.420,00 €	12.454,13 €	-1.023,93 €	-1.623,91 €	-2.285,57 €	7.121,47 €	-2.182,46 €	249,28 €				

Elaborado com o apoio técnico da hmges hmges.pt